

iMPRÓPRIA

unipop
www.unipop.info



ESTATUTO EDITORIAL

Imprópria é uma publicação semestral independente que se insere num projecto mais amplo da associação Unipop, um colectivo que procura disseminar o pensamento crítico e a prática militante para lá dos limites da academia e da política institucional, abrindo espaços onde o contemporâneo possa ser sujeito a análise e a novas formas de intervenção. Move-nos a convicção partilhada de que tanto a política como o pensamento são uma matéria comum, transversal, aberta a todos e a qualquer um, em suma, não têm lugares, tempos ou agentes próprios.

Imprópria é mais uma vertente deste projecto colectivo. Dispensamos uma doutrina unitária. Não antecipamos as direcções e os cruzamentos, as divergências e as convergências, ou as trajectórias partilhadas que poderão ter lugar. Prescindimos de delimitar o terreno partilhado entre o corpo editorial, os colaboradores e os leitores da revista. Queremos, em contrapartida, potenciar formas de debate que atravessem diagonalmente as habituais divisões académicas, os limites do que é próprio a cada campo do saber, bem como as fronteiras entre posições políticas estanques. Queremos que seja um espaço onde um trabalho de diagnóstico da sociedade contemporânea seja conjugado com uma reflexão sobre as formas de emancipação, luta e solidariedade colectivas.

Pensar o presente implica não aceitar acriticamente as distinções estabelecidas entre o local e o global, a lei e a desordem, o político e o apolítico, o teórico e o prático, o extraordinário e o quotidiano, o pessoal e o comum, o factual e o especulativo, o actual e o obsoleto, o próprio e o impróprio. Importa interrogar o conteúdo de cada uma destas palavras e das linhas e enredos que elas traçam, os discursos que as naturalizam, as instituições que as legitimam e a forma como desse modo se reproduzem as relações e práticas sociais.

Tudo isto se poderia resumir numa fórmula: desmanchar «a medida do possível». Não acreditamos na inevitabilidade do estado das coisas. É no presente que o futuro está em jogo e há margem de manobra no presente.

Estamos cá. Somos muitos e vários. Que outros nos usem. ●

imprópria | política e pensamento crítico | n 4 | 2014 | semestral | € 8

director Miguel Cardoso | **conselho editorial** Ana Rita Amaral, Bruno Peixe Dias, Cláudia Figueiredo, Diogo Duarte, Elisa Silva, Fernando Ramalho, Frederico Ágoas, Golgona Anghel, Gonçalo Zagalo Pereira, Inês Espírito Santo, Inês Galvão, Joana Lucas, João Pedro Cachopo, José Ferreira, José Neves, José Nuno Matos, Luhuna de Carvalho, Manuel Bivar, Manuel Deniz Silva, Marcos Cardão, Maria Coutinho, Mariana Goes, Mariana Pinho, Nuno Rodrigues, Pedro Cerejo, Pedro Feijó, Raquel Carvalheira, Ricardo Noronha, Rita Luis, Rui Lopes, Salomé Coelho, Tiago Avó | **secretariado** Fernando Ramalho | **revisão** Pedro Cerejo | **grafismo e paginação** Unipop | **capa** Vera Tavares | **selecção de imagens e contracapa** Jorge Leal | **propriedade, redacção e assinaturas** Associação Unipop, Pcta. D. Miguel I, n.º 6 – 3.º Esq., 2830-259 Barreiro | www.unipop.info | cursopcc@gmail.com | **impressão** Guide Artes Gráficas | **distribuição** Bertrand | **ISSN** 2182-3367 | **depósito legal** 338026/11

editorial	7
liberalismo	10
O elusivo fim da Guerra Fria <i>Rui Lopes</i>	
Para uma história operária do pós-fordismo <i>Ricardo Noronha e José Nuno Matos</i>	15
Uma genealogia do <i>Homo economicus</i> : o neoliberalismo e a produção de subjectividade <i>Jason Read</i>	23
O design português e a identidade do neoliberalismo <i>Mário Moura</i>	35
A renovação do conceito de «produção» e suas semióticas <i>Maurizio Lazzarato</i>	41
natureza	52
Pensar a natureza na época do Antropoceno <i>Davide Scarso</i>	
Da natureza em que nada se cria, tudo está na potencialidade de se tornar <i>Irina Castro</i>	63
Natureza, normatividade, valores <i>Hermínio Martins</i>	69
O animal aberto ao mundo: o chamado «mal» e a crítica do Estado <i>Paolo Virno</i>	77
Raças com crânios, ossos com histórias <i>Ricardo Roque</i>	91
leituras	104
The Wretched of the Screen - Hito Steyerl <i>Paula Januário</i>	
Altissima povertà. Regole monastiche e forma di vita - Giorgio Agamben <i>Luhuna de Carvalho</i>	109
Um piano nas barricadas: Autonomia operária (1973-1979) - Marcello Tari <i>Fernando Ramalho</i>	113
fora-de-jogo	119
Menestrelis à portuguesa. Crónica de um humor pouco notável <i>Marcos Cardão</i>	
actividade da unipop	123

Para uma história operária do pós-fordismo

Ricardo Noronha e José Nuno Matos

A fixação do salário do dia de oito horas em cinco dólares foi uma das mais belas poupanças que jamais fiz, mas fixando-o em seis dólares fiz outra ainda mais bela.

Henry Ford¹

O objectivo deste artigo é interpretar a mudança dos regimes de acumulação ocorrida nos últimos 50 anos a partir de uma hipótese sugerida por Mário Tronti, segundo a qual a dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista resultaria dos conflitos sociais que o atravessam: trata-se de conceber uma «história operária do capital», tomando como elemento-chave os comportamentos da classe trabalhadora no seio das relações capitalistas de produção, rompendo com as visões tradicionais que fazem a classe operária derivar do desenvolvimento capitalista:

Também nós próprios começámos por ver primeiro o desenvolvimento capitalista e só depois as lutas operárias. É

um erro. Tem de se inverter o problema, mudá-lo de sinal, recomeçar desde o princípio: e o princípio é a luta da classe operária. Ao nível do capital socialmente desenvolvido, o desenvolvimento capitalista é subordinado às lutas operárias, vem depois delas e a elas tem de fazer corresponder o mecanismo político da sua própria produção.²

Será a essa luz que procuraremos identificar as transformações que deram origem ao fordismo, bem como aquelas que caracterizaram a passagem ao pós-fordismo, enquanto respostas capitalistas aos desafios impostos pela classe operária, distanciando-nos tanto das teses que naturalizam a relação entre indivíduo e empresa como das narrativas messiânicas em que um qualquer sujeito político virá um dia salvar o trabalhador da jaula totalizante em que se encontra preso. Num sentido oposto, argumentamos que os processos de transformação na esfera da produção traduzem os confrontos que têm quotidianamente lugar nesse contexto, constituindo a resposta

capitalista às práticas antagonistas desenvolvidas pela força de trabalho e assumindo um impacto e alcance que extravasam largamente o chão da fábrica, para influenciar o conjunto das relações sociais e das instituições políticas ou jurídicas. Procuraremos, em suma, argumentar que a história do liberalismo é inseparável da história do antagonismo entre trabalho e capital.

O fordismo: para lá da linha de montagem

No momento em que, no início do século XX, o liberalismo se afirmou como forma política dominante no centro da economia mundial, o processo de acumulação de capital começou a subordinar a si mais do que uma fracção do tempo de vida do trabalhador assalariado e a sua capacidade produtiva. Ao acelerar os ritmos e aumentar a produção, fazendo crescer a composição orgânica do capital, mecanizando e uniformizando – alienando o trabalhador não apenas do produto do seu trabalho, mas das próprias condições em que trabalhava –, gestos, posições, métodos e cadências passaram a integrar um tempo crescentemente determinado pelo capital e que em breve se tornaria um terreno de disputa. Não só se abateu o valor da força de trabalho, encurtando-se o número de horas necessárias à sua reprodução (um salário maior não significa necessariamente uma menor exploração), como se privou o operário de um saber-fazer condicionador do processo de produção.

A par da organização científica do trabalho, concebida por Frederick Taylor, esta passagem de um regime de mais-valia absoluta a um regime de mais-valia relativa assentou num conjunto de métodos de engenharia social – para lá da fábrica – que separam o traba-

lhador não só do seu objeto, mas também de si próprio. Sob a intervenção dos diversos dispositivos disciplinares, como salienta Michel Foucault, «a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada pela nossa ordem social»; ao invés, ele «é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos»³. Torna-se assim evidente que

os dois processos, acumulação de homens e acumulação de capital, não podem ser separados; não teria sido possível resolver o problema da acumulação de homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz, ao mesmo tempo, de os manter e utilizar; inversamente, as técnicas que tornam útil a multiplicidade cumulativa de homens aceleram o processo de acumulação de capital.⁴

A fabricação de um *corpo dócil*, conforme evocado por Foucault, assinala o alargamento das relações sociais presentes na fábrica às mais variadas esferas de existência. A crescente apresentação das forças produtivas subjectivas do trabalho enquanto «forças produtivas *objectivas* do capital»⁵ traduz o alargamento da linha de montagem, da sirene e do capataz a toda a sociedade, fazendo com que ela própria se assemelhe a uma fábrica. A forma plenamente amadurecida deste processo é aquilo a que chamamos *fordismo*.

Enquanto regime de acumulação, o *fordismo* representou o resultado da interdependência entre a organização científica do trabalho (associada à emergência de uma classe de gestores responsáveis pela aplicação de princípios de mecanização na indústria) e a existência de uma massa de trabalhadores desqualificados, disponíveis para executar um vasto conjunto de tarefas simples e repetitivas a

A fabricação de um *corpo dócil*, conforme evocado por Foucault, assinala o alargamento das relações sociais presentes na fábrica às mais variadas esferas de existência. A crescente apresentação das forças produtivas subjectivas do trabalho enquanto «forças produtivas *objectivas* do capital» traduz o alargamento da linha de montagem, da sirene e do capataz a toda a sociedade, fazendo com que ela própria se assemelhe a uma fábrica. A forma plenamente amadurecida deste processo é aquilo a que chamamos *fordismo*.

um ritmo desgastante. A indústria automóvel constituiu a figura dominante deste regime, submetendo pela primeira vez o operariado à disciplina da linha de montagem e, paralelamente, concedendo-lhe os salários necessários à futura compra de automóveis e outros bens de consumo, num mecanismo sugestivamente ilustrado pela citação inicial de Henry Ford. Seria contudo um erro atribuir tal feito ao magnata, como sugere a elevação do seu nome a conceito, uma vez que a própria evolução do conglomerado automóvel indicia a complexidade do processo. Neste sentido, podemos considerar duas fases distintas no percurso da Ford: a *pré-sindical*, em vigor até

à década de 1930, e a *regulacionista*, que lhe sucedeu, caracterizada pela consolidação de uma relação política, económica e social fundada na ideia de cidadania social.

Durante a primeira fase, a Ford desenvolveu uma política ferozmente repressiva, respondendo com grupos de segurança armados a qualquer tentativa de organização ou protesto contra as condições laborais e salariais, inferiores às praticadas em grande parte da indústria automóvel. O local de trabalho era fortemente disciplinado, prevenindo-se a comunicação entre os trabalhadores através da colocação estratégica de imigrantes ao lado de autóctones e da contratação de «espões» disfarçados de operários⁶.

Porém, o nível de integração almejado para o operário faz com que qualquer demonstração de antagonismo represente um ataque directo à relação social capitalista. Não nos referimos apenas à organização em sindicatos, mas a um vasto repertório de actos e táticas a partir de baixo, como a sabotagem ou, no caso específico da Ford, o absentismo em massa, anunciando a eclosão de ásperezos conflitos e greves no interior das fábricas de Detroit. A greve da Primavera de 1941, durante a qual, «confrontado com os ataques dos seguranças armados da empresa, o piquete de grevistas, ao invés de recuar, aumentou em número e correu com eles»⁷, constituirá um acontecimento histórico. O aumento de salários e regalias foi uma resposta do empresário ao confronto, espontâneo e/ou organizado, levado a cabo pelos trabalhadores, reconhecendo a sua força e a impossibilidade de obter uma pacificação das relações laborais por métodos puramente repressivos.

Paralelamente, o impacto destas transformações sobre a forma-Estado no contexto

posterior a 1929, com as suas filas de desempregados e falências em massa, veio desafiar uma tradição liberal que fazia das crises económicas um momento necessário de ajustamento entre dois pontos de equilíbrio produzidos pelo jogo espontâneo e «natural» da competição e do mercado, restaurando a relação óptima entre oferta e procura, salários e preços, trabalho e capital. O contraste entre as possibilidades técnicas existentes e a permanência de situações de miséria extrema em países que conheciam elevados níveis de riqueza ameaçava a sobrevivência desse paradigma político e económico, aparentemente impotente para responder aos problemas do seu tempo. É nesse contexto que devemos entender as reflexões desenvolvidas pelo economista britânico John Maynard Keynes, um liberal empenhado em repensar o funcionamento da economia de mercado para salvar o capitalismo e a democracia parlamentar a curto prazo.

As formas de regulação keynesianas foram a solução macroeconómica mais apropriada para fazer face aos problemas resultantes das mudanças desencadeadas no interior das empresas. Politicamente, a necessidade de uma maior integração da força de trabalho teria necessariamente de ser acompanhada por uma soma crescente de bem-estar e garantias, vias de acesso à condição de cidadãos com direitos e obrigações, num contexto marcado pelo prestígio internacional adquirido pela União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial e pelo crescente peso eleitoral de partidos socialistas, trabalhistas e social-democratas em toda a Europa. Mais determinante ainda, do ponto de vista de empresários e gestores, tornou-se imperioso garantir o crescimento da procura agregada, a partir do momento em que o aumento da produtividade veio provocar uma crescente imobilização de merca-

dorias em armazéns, por não encontrarem quem as comprasse, bloqueando o ciclo da reprodução ampliada do capital e gerando um ambiente deflacionário generalizado. Garantir o aproveitamento integral da capacidade produtiva instalada e o escoamento do seu produto tornou-se o elemento central da política económica, com o pleno emprego a substituir a estabilidade dos preços como prioridade fundamental e condição para o crescimento. Após a Segunda Guerra Mundial, o keynesianismo tornou-se o paradigma dominante da política económica na Europa Ocidental (com a excepção da Península Ibérica e da República Federal Alemã (RFA), onde a estabilidade dos preços permaneceu o objectivo prioritário das autoridades monetárias) e na América do Norte, partilhado por partidos políticos da direita à esquerda (apesar das variantes nacionais e diferentes abordagens consoante o contexto e os protagonistas), num compromisso que incluía políticas sociais de redistribuição de rendimentos e provisão pública de bens ou serviços essenciais, a par de projectos de obras públicas, intervenções do Estado na economia e até formas mais ou menos ambiciosas de planificação. O sucesso deste arranjo durou cerca de três décadas e coincidiu com o mais longo período de crescimento económico mundial da história moderna, sustentado pela produção e consumo de automóveis e electrodomésticos, bem como por uma ampla gama de produtos e serviços situados a jusante e a montante, dos postos de abastecimento de combustível à cultura de massas. Fordismo e keynesianismo pareciam então o fim da história, no que à organização do trabalho e à regulação económica dizia respeito, os seus detractores remetidos para posições marginais, obscuros centros de investigação e debate onde se vituperava a «economia dirigida», o crescente peso do Estado e os vários perigos que ameaçavam a liberdade, tal como

ela fora concebida e experimentada desde o século XVIII, no que parecia a alguns ser o caminho para a servidão⁸.

O pós-fordismo: a sociedade enquanto empresa

A articulação entre ciclos económicos, ciclos de conflituosidade social e ciclos teóricos constitui um eixo privilegiado para compreender a passagem do fordismo ao pós-fordismo, paralela (ainda que não redutível) à ascensão do neoliberalismo e ao ocaso do keynesianismo. A rede de *think tanks* e de departamentos universitários laboriosamente tecida (e generosamente financiada por grandes empresas e fundações privadas, como o Volker Fund), a partir de 1947, por aquilo que alguns autores denominaram o «colectivo de reflexão neoliberal»⁹, revelar-se-ia capaz de conceber alternativas de política económica a partir de ferramentas e modelos teóricos com uma forte componente estatística e inspiração monetarista, centrados na multiplicidade de decisões efectuadas pelos agentes económicos no âmbito do mercado. A sua crítica do keynesianismo – assente no pressuposto de que seria impossível a uma instância central de coordenação económica dispor do conjunto da informação necessária à determinação dos preços em condições de máxima eficiência económica – revelou-se particularmente bem-sucedida no ambiente depressivo da década de 1970, quando, pela primeira vez na história do modo de produção capitalista, uma alta taxa de inflação coincidiu com uma elevada taxa de desemprego.

A origem desta situação foi atribuída à fraca rentabilidade dos investimentos, provocada pelos elevados níveis salariais e pelo peso da carga fiscal necessária para suportar a despe-

sa pública, que afastava capitais da esfera da produção para a especulação no mercado de divisas e matérias-primas, ou para o investimento em economias emergentes da periferia do capitalismo mundial. Adicionalmente, países como a RFA e o Japão – onde imperavam princípios monetaristas que incluíam a independência do banco central face ao governo e um severo controlo do crescimento da dívida pública – mantiveram níveis de crescimento económico e de criação de emprego relativamente elevados, enquanto os governos que procuraram levar a cabo políticas de relançamento tipicamente keynesianas (como o aumento da massa monetária e do investimento público, em paralelo à redução das taxas de juro e da carga fiscal) se viram confrontados com o aumento da inflação e com magros resultados em termos de criação de emprego. Foi nesse contexto que a prioridade do pleno emprego deu lugar à estabilização dos preços e ao controlo do processo inflacionário. Não se tratou de um processo automático, mas de um período relativamente longo, assinalado por uma áspera conflituosidade social em torno da fixação dos salários reais (directos e indirectos) e por uma encarniçada resistência laboral em sectores fundamentais da actividade económica, confrontando os governos de diversos países com a necessidade de utilizar conjunturas recessivas (provocadas pela elevação das taxas de juro e pelo consequente encerramento ou reestruturação de diversas empresas, num ambiente deflacionário caracterizado pelo aumento do desemprego) para reorganizar os respectivos mercados de trabalho e levar a cabo «ajustamentos estruturais».

Assinalado por momentos de proporções trágicas – como a repressão que se sucedeu ao golpe militar liderado pelo general Pinochet no Chile em 1973 ou a longa e dura luta dos mineiros contra o governo liderado por Mar-

garet Thatcher no Inverno de 1984-85 – e por um conjunto de inovações tecnológicas que permitiram uma reorganização do comércio e da divisão do trabalho à escala mundial (os desenvolvimentos no campo das tecnologias da informação e as possibilidades logísticas abertas pela reestruturação do sector portuário e do transporte marítimo), o pós-fordismo implicou uma substituição de paradigmas produtivos em que se tornaram onnipresentes termos como «flexibilidade», «competitividade» e «mobilidade».

O neoliberalismo é, em certo sentido, a filosofia inspiradora de uma contra-revolução cujo segredo, segundo Paolo Virno, foi «ter transformado em requisitos profissionais, em ingredientes da produção de mais-valia e fermento do novo ciclo de desenvolvimento capitalista, as inclinações colectivas que (...) se apresentavam, pelo contrário, como antagonismo intransigente»¹⁰. O desejo de fuga do extenuante trabalho operário, em nome de uma autonomia e de um hedonismo experimentado em colectivo, deixa assim de ser classificado como algo desenquadrado do mundo do trabalho, passando a imperar como critério de recrutamento e selecção. Simultaneamente, elementos da esfera simbólica e imaterial ganharam uma importância crescente, e domínios que eram anteriormente exteriores ao processo de valorização do capital foram investidos por incursões cada vez mais ambiciosas, como é o caso dos lazeres, das sociabilidades, do entretenimento, da cultura e da saúde. A própria ética de trabalho, outrora assente numa atitude ascética e sacrificial, passou a incluir a defesa da expressão, do prazer, mesmo do hedonismo. Ao trabalhador, deve-se providenciar «a oportunidade de "trabalhar" sobre si próprio; de crescer; de aprender ("a organização pedagógica"); de se tornar mais eficaz enquanto pessoa»¹¹.

Tornou-se difícil pensar em termos que não sejam os do mercado, que organiza já não apenas as relações económicas mas o conjunto da sociedade, encarregando-se de produzir subjectividades e formas de vida plenamente adaptadas e condicionadas pela forma da mercadoria. Fazer de cada indivíduo uma empresa, numa sociedade em que tudo pode ser convertido num bem transaccionável e avaliado quantitativamente ao sabor das oscilações da oferta e da procura, constitui o ponto de chegada de um tempo longo caracterizado por diversas formas de engenharia social, entre as quais a precariedade. O seu sentido estratégico, do ponto de vista económico, tem como base a noção de que tanto a manutenção como a ascensão no local de trabalho dependem da constante aquiescência a critérios de qualidade e da permanente superação de objectivos. Reforça-se assim um sentimento de incerteza e, com ele, a tendência para uma automobilização constante, comumente designada por *empregabilidade*. Se há muito que o tempo podia ser considerado dinheiro, a nossa época deu um novo significado à máxima segundo a qual tudo tem o seu preço.

O pós-fordismo é essa época e o neoliberalismo a sua gramática política e existencial, um processo de permanente reinvenção e expansão do mercado, criando-o lá onde ele não existia ou fazendo-o funcionar lá onde ele se revelava imperfeito e incompleto. E se o pós-fordismo, com as suas múltiplas designações alternativas, se caracteriza por uma notória aceleração do tempo de circulação do capital (exemplificada pela filosofia empresarial do *just-in-time*), o neoliberalismo constitui, apesar de todas as simplificações a que se vê submetido pelos imperativos da sua posição hegemónica, uma fábrica de ideias, conceitos e análises com notórias ambições epistemoló-

gicas e cognitivas, que faz do mercado e das trocas voluntárias efectuadas no seu âmbito, a determinação objectiva, desprovida de juízos de valor, do preço de cada coisa, o espaço em que a verdade acerca dos desejos, necessidades e capacidades humanas se revela tal como é. Não se trata, bem entendido, de um regresso a um qualquer passado mais ou menos idílico em que imperava o *laissez-faire* e o Estado se abstinha de intervir numa ordem pretensamente natural das coisas. Pelo contrário, o neoliberalismo, nas suas diversas variantes e escolas nacionais, revelou-se desde cedo firmemente ancorado na percepção das relações sociais e das instituições humanas como algo imperfeito e em permanente transformação, submetido ao desgaste do tempo e à erosão das transformações históricas, válido apenas enquanto potenciador da máxima eficácia na utilização e alocação dos recursos. Para lá de toda a retórica sobre as decisões individuais e a liberdade dos agentes económicos, esta corrente teórica revelou-se mais empenhada em reconfigurar o Estado e as suas funções do que em reduzir a sua intervenção sobre as relações sociais, como sublinhou Michel Foucault no célebre curso proferido em 1978-79 no Collège de France¹². Na sua articulação com o regime de acumulação flexível que ganhou forma desde a década de 1970, o neoliberalismo é acima de tudo a inspiração filosófica de um imperativo estratégico, variável consoante o contexto, a latitude e correlação de forças, empenhado no reforço do poder do capital sobre o trabalho e na plena afirmação da lei do valor sobre o conjunto da vida social. Os instrumentos de controlo, vigilância e repressão desenvolvidos ao longo das últimas décadas, bem como as mais subtis técnicas biopolíticas empenhadas em moldar os corpos e as mentes, procuram acima de tudo produzir subjectividades produtivas e plenamente mobilizáveis em função dos impe-

rativos da acumulação de capital, bem como as formas de vida que mais se lhe adequam. Não se trata, deste ponto de vista, de um novo capitalismo mas sim de um capitalismo por outros meios, mais sofisticado, que consegue alargar os muros da fábrica social a novos territórios. E, no entanto, esta aparente onipotência do capital sobre todo e qualquer elemento desta fábrica não deixa de ter pés de barro: não só porque o outro lado da moeda de uma maior integração é um maior nível de dependência, mas também porque outros circuitos e vontades habitam essa fábrica social. Voltando a Tronti, tem de se inverter o problema, mudá-lo de sinal, recomeçar desde o princípio: e o princípio é a luta da classe operária. ●

Ricardo Noronha é investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e membro da Unipop.

José Nuno Matos é doutorado em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e membro da Unipop.

Notas:

1 *Apud.* Jacinto, José Luis (2003), *O Trabalho e as Relações Internacionais*, Lisboa: ISCSP.

2 Tronti, Mário (1976), *Operários e Capital*, Porto: Afrontamento, p. 93.

3 Foucault, Michel (1975), *Surveiller et Punir: Naissance de la Prison*, Paris: Gallimard, p. 179.

4 *Id.*, *ibid.*, p. 222.

5 Tronti (1976), *op. cit.*, pp. 43-44.